

Consolidação do crescimento econômico brasileiro: alternativas propostas*

*Pedro Fernando Cunha de Almeida***

Já foi dito por muitos autores dedicados ao estudo da economia brasileira contemporânea que, dados os recentes avanços relativos à estabilização monetária no Brasil, as questões de longo prazo vêm recuperando parte da importância que um dia tiveram diante das de curto prazo. Dentre aquelas, destaca-se, com certeza, a do crescimento econômico duradouro, condição não suficiente, mas necessária, para a superação da miséria no País. Reconhecendo a atualidade e a importância do tema, o presente artigo dirige sua atenção às dificuldades sentidas, hoje, no Brasil para prover mais dinamismo e durabilidade ao crescimento econômico.

Perda de dinamismo de longo prazo da economia brasileira e mudança na orientação da política econômica

Segundo as estimativas atuais, a economia brasileira deverá crescer, entre o início de 1993 e o final de 1997, à taxa anual de 4,3%. Percebe-se que o feito é, por si só, importante. Tal importância é adequadamente

* Este artigo, concluído em setembro de 1997, derivou-se do desenvolvimento das idéias expostas no editorial com o mesmo título publicado na **Carta de Conjuntura FEE** de agosto do mesmo ano.

** Economista, Técnico da FEE e Professor da UNISINOS.

O autor agradece os comentários de Enéas Costa de Souza, Roberto Silveira Marcantonio, Sonia Teruchkin e Teresinha Bello.

destacada ao se considerar que o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, entre 1981 e 1992, foi de apenas 1,3 % a.a. Ressalta-se também que o crescimento anual nos últimos cinco exercícios ocorreu de forma ininterrupta, circunstância que não era verificável desde 1980.

Não obstante, o crescimento dos últimos anos foi reduzido, se comparado com os padrões históricos da economia no Brasil. Entre 1930 e 1980, a taxa média de incremento do PIB ultrapassou os 7% a.a., sendo que, na última década desse período, a mesma taxa se situou ao nível de 8,7 % anuais.

Como não poderia deixar de ser, a perda de dinamismo econômico foi acompanhada e, em certo sentido, explicada por significativa queda da proporção do investimento frente ao PIB. De fato, desde 1975, quando representou 25,7% da produção brasileira, a formação de capital fixo no País apresentou firme tendência de queda até 1993. Nesse ano, a taxa de investimento brasileira reduziu-se ao nível de 14% (Tabela 1). Esse nível sequer se aproximou do necessário para recuperar o padrão histórico de crescimento da economia brasileira entre 1930 e 1980. Para alcançar o crescimento anual médio de então, seriam necessários investimentos equivalentes a aproximadamente 24% do PIB.

A superação da perda de dinamismo da economia brasileira no período posterior a 1980 tem se mostrado ser uma obra de enorme dificuldade. O insucesso das tentativas de superação foi verificado sob a ação de políticas econômicas de variados matizes. Isso talvez explique por que, a partir do final da década de 80, tenha mudado, progressivamente, a visão governamental a respeito das causas do dinamismo econômico no Brasil. E a mudança deu-se em aspectos absolutamente essenciais. A proteção à concorrência externa e à intervenção direta do Estado, sem dúvida, dois dos mais importantes pilares da industrialização brasileira até os anos 80, passaram a ser vistas como decisivos entraves à retomada do crescimento econômico. De acordo com a nova visão governamental, essa retomada exigiria uma decidida vinculação à economia internacional. Tal vinculação deveria ser promovida no âmbito de uma política econômica que objetivasse a abertura externa, a valorização cambial e uma forte redução do intervencionismo estatal, especialmente o direto.

Ainda que se costume associar a emergência de tal política ao Plano Real implantado em 1994, deve-se reconhecer que as bases do mesmo plano foram gestadas no decorrer do período que o precedeu em mais de

meia década. O processo de liberalização cambial iniciou-se em 1988; a abertura comercial e o Plano Nacional de Desestatização datam de 1990; e a valorização cambial e a acumulação de reservas externas começaram a se impor em 1992. É verdade que, já sob a ação do Plano Real, especialmente em seu início, a abertura comercial e a valorização cambial ganharam grande impulso. Também sob a vigência do referido plano, a privatização adquiriu uma efetividade que não tinha antes. Mas é possível ver nos dois últimos fatos apontados a seqüência daqueles que estabeleceram as bases do Plano Real. Nesse sentido, pode-se dizer que o Plano Real constitui fase de um movimento mais amplo que o contém e a ele preexiste por mais de meio decênio. Esse movimento, pela lógica interna que possui, se consubstancia numa nova política econômica referida neste artigo como a **política econômica brasileira dos anos 90**.

A política econômica dos anos 90 e a ameaça ao crescimento e ao desequilíbrio das contas externas

O crescimento obtido com a política econômica da presente década encontra-se ameaçado no médio e no longo prazo. Não é difícil entender a natureza da ameaça.

Como se disse, essa política objetiva garantir o crescimento duradouro da economia brasileira, através de uma mais intensa vinculação à economia internacional. Essa vinculação exige que a produção interna, durante décadas protegida da concorrência externa, se torne competitiva internacionalmente. Para tanto, de acordo com as autoridades governamentais, o aparato produtivo brasileiro — especialmente no que diz respeito à infra-estrutura e à indústria — deve passar por uma reestruturação que o alce aos níveis internacionais de eficiência. No processo de reestruturação, as importações — tornadas livres e baratas pela abertura comercial e pela valorização cambial — cumprem dois papéis essenciais. O primeiro diz respeito à influência, via processo concorrencial, que as mesmas devem exercer sobre a tomada de decisões empresariais, no sentido de fazê-las buscar a eficiência produtiva praticada internacionalmente. A imposição, é claro, valeria tanto para as empresas já existentes como para as que venham futuramente a se instalar no País. Já o

segundo papel das importações seria o de viabilizar o provimento das máquinas, dos equipamentos e das matérias primas compatíveis com tais padrões de eficiência. Assim, a política econômica atual prevê a necessidade de as importações expandirem-se para promover a reestruturação produtiva coerente com o crescimento econômico vinculado à economia internacional. Da necessidade de expandir as aquisições do País no Exterior advém a imperiosidade de incrementar as exportações brasileiras. Estas, em última instância, seriam as responsáveis pelo pagamento das importações acrescidas.

Ocorre que, no contexto de abertura comercial e de valorização cambial que envolve o País, as importações têm se mostrado muito mais dinâmicas que as exportações. Como se pode ver na Tabela 1, entre o último trimestre de 1990 e agosto de 1997, as compras externas tiveram seu coeficiente frente ao PIB acrescido de 3,3% para 8,1%, num movimento que se acelerou após a implantação do Plano Real. No mesmo período, a proporção das vendas ao Exterior relativamente à produção interna, também crescente, elevou-se de 5,0% para apenas 6,8%. Em conseqüência, o saldo anual das transações correntes do País, próximo ao equilíbrio no início da década, atingiu o déficit de 4,3% do PIB em julho de 1997. Se colocado diante das exportações, um tal déficit de transações correntes atingiria a proporção de 66,4% das mesmas.

É evidente que, se mantidos em largo período de tempo esse nível de déficit das transações correntes e, em particular, sua tendência à rápida expansão, se chegaria a uma situação de dificuldades cambiais em que a atual expansão da produção interna seria abortada. Essa é a natureza da ameaça ao crescimento da atividade produtiva no Brasil que se destaca neste artigo. Qual a estratégia governamental para superá-la? Quais as alternativas propostas? Que significados estão contidos na estratégia governamental e nas referidas alternativas? Essas são as questões às quais o presente artigo dedica a sua atenção.

As estratégias propostas

Grosso modo, pode-se dizer que são de três tipos as estratégias que têm sido propostas: a **estratégia da reestruturação produtiva dirigida pelo mercado**, a da **política industrial** e a da **desvalorização cambial**.

A estratégia da reestruturação produtiva dirigida pelo mercado

Não é difícil perceber, pelo acompanhamento do noticiário especializado, que **continuidade** tem se configurado como a palavra de ordem hegemônica resultante dos conflitos burocráticos a respeito da condução da política econômica no Brasil. Nesse sentido, a continuidade, expressando a estratégia governamental a ser seguida, tem seu sentido referido ao conjunto de ações limitadas à preservação de um adequado ambiente macroeconômico. Nesse ambiente, impor-se-iam austeridade fiscal e monetária, estabilidade de preços e do câmbio real, redução de custos sistêmicos, fluidez da concorrência e diminuição, ao mínimo grau possível, da intervenção estatal direta. Dado tal ambiente macroeconômico, o mercado, através das inversões privadas nacionais e estrangeiras, dirigiria a reestruturação produtiva considerada necessária para a retomada do crescimento duradouro.

A continuidade tem se imposto como palavra de ordem governamental, ainda que a mesma signifique a manutenção (ou mesmo o acirramento), a curto e a médio prazo, dos desequilíbrios externos aludidos. Ao contrário de problemáticos, tais desequilíbrios são vistos, oficialmente, não só como necessários, mas, também, como temporários. Necessários porque, sem as importações acrescidas, não seria possível empreender a reestruturação produtiva destinada a consolidar o crescimento econômico futuro. Temporários porque, maturada a reestruturação, se desacelerariam as importações e ganhariam dinamismo as vendas externas, especialmente aquelas oriundas do setor industrial.

Em sua essência, na visão governamental, a capacidade da reestruturação produtiva para consolidar o crescimento decorre dos ganhos de produtividade que dela derivam no sistema econômico. Através desses ganhos, seria possível, no decorrer do tempo, obterem-se melhoras

progressivas relativas: (a) à lucratividade efetiva e esperada das inversões produtivas, com efeitos realimentadores sobre os investimentos; (b) às condições de vida da população; (c) à adequação do crescimento de médio e longo prazos da demanda interna de consumo às condições da capacidade produtiva do País (em decorrência dos efeitos regressivos que a expansão da produtividade tem sobre os processos de distribuição de rendas e consumo em nível nacional); e (d) à capacidade de competição frente à concorrência externa nos mercados nacional e internacional para a generalidade dos produtos, mas, particularmente, para os produtos manufaturados. A importância atribuída à exportação de produtos manufaturados deve-se não só ao maior dinamismo do mercado internacional desses produtos como, também, à sua participação de quase 55% na pauta das vendas externas do País

Não é preciso dizer que o último item é de particular interesse para o presente artigo, na medida em que o mesmo aponta o caminho através do qual as autoridades governamentais esperam ver diminuídos os déficits em transações correntes do País para patamares compatíveis com a consolidação e a intensificação do crescimento econômico. Nesse sentido, é bom ter presente o sucedido no decorrer dos últimos anos a respeito da relação entre o dinamismo das exportações de produtos manufaturados e a evolução dos fatores determinantes de sua competitividade externa. No âmbito deste trabalho, como fatores determinantes da competitividade externa, foram considerados o câmbio efetivo, os salários reais e os diferenciais internos e externos de juros e da expansão da produtividade industrial.

Como se pode ver na Tabela 2, o crescimento anual das exportações de produtos manufaturados, em cada conjunto de 12 meses frente a igual período do ano anterior, reduziu-se do patamar de 20,5% em dezembro de 1992 para 3,3% em agosto de 1997. Com certeza, a apontada desaceleração preocupa a todos pelas conseqüências que ela poderá trazer, se mantida no tempo. Todavia a expansão anual das exportações trimestrais — o incremento das vendas externas em um dado trimestre diante das realizadas no mesmo período do ano precedente — mostra que talvez esteja ocorrendo uma importante mudança de tendência na evolução das vendas externas de produtos manufaturados. Quando se volta a atenção para as exportações trimestrais, vê-se que as mesmas se reaceleraram a partir de maio do corrente ano, atingindo uma expansão anual de 21,8% em

agosto último. Para se obterem informações mais precisas a respeito da influência dos fatores de competitividade antes aludidos, excluíram-se das vendas externas de produtos manufaturados aquelas referentes a setores incentivados por política industrial. Agindo dessa forma, constata-se, na Tabela 2, que movimento muito semelhante ao verificado com as exportações totais de produtos manufaturados ocorreu com os não incentivados por política industrial. O crescimento anual das exportações trimestrais desses produtos, em relação a igual período do ano anterior, foi de 22,1% nos três meses encerrados em jun.-ago./97.

É possível que a eventual reversão de tendência seja uma decorrência defasada (de aproximadamente um ano) da evolução dos fatores determinantes da competitividade externa dos produtos manufaturados. De fato, como se observa na Tabela 3, entre dezembro de 1992 e maio de 1996 os salários reais pagos pela indústria brasileira elevaram-se 17,9%, a taxa efetiva de câmbio caiu cerca de 25% , enquanto os juros internos eram suficientemente altos para propiciar ganhos de arbitragem de aproximadamente 32% a.a. No período, a produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu substanciais 30,0%, ou 19,5%, quando cotejada aos padrões internacionais. Nem mesmo esse fato, sob o peso das demais circunstâncias, foi capaz de garantir a expansão das exportações industriais. Diferentemente, entre maio de 1996 e igual mês de 1997, o câmbio real manteve-se, *grosso modo*, constante, enquanto a produtividade relativa do trabalho no Brasil continuou se expandindo (12,6%), os ganhos de arbitragem caíram para cerca de 9,5%, e os salários reais reduziram-se em mais de 7%. Sem dúvida, são significativos os ganhos de competitividade das exportações brasileiras de manufaturados obtidos no último período, o que também é ilustrado no Gráfico 1.

É possível que tais ganhos de fato expliquem a aceleração das exportações de produtos manufaturados não atendidos por política específica. É possível também que, dados os atuais níveis reais de salário e de câmbio, a expansão da produtividade e a redução dos ganhos de arbitragem continuem a tornar mais competitiva a produção industrial interna e mais dinâmicas suas exportações. Nesse caso, a política econômica dos anos 90 começaria a demonstrar que realmente é capaz de obter sucesso em seu objetivo de prover mais intensidade e durabilidade para o crescimento econômico. De qualquer maneira, o mais sensato é considerar que a aceleração das exportações em pauta é ainda muito recente para que

se possa concluir a respeito de sua origem, de sua permanência no tempo e de seu ritmo.

Se a proposta governamental é a da continuidade, deve-se esclarecer que, pelo menos no terreno das intenções, ela não implica recessão. Nela, a recessão só tem lugar para corrigir desequilíbrios temporários da demanda interna e das contas correntes brasileiras que possam significar o retorno da inflação ou a insuficiência de financiamento externo. Trata-se de gerenciar o crescimento de forma a preservar a estabilidade monetária e cambial do País. A negativa à recessão é de fácil entendimento. A reestruturação produtiva, cerne da atual política econômica, exige elevada taxa nacional de investimento. Ninguém pode crer que a mesma taxa se distanciaria significativamente dos reduzidos níveis em que se encontra em meio a um ambiente recessivo. A observação do acontecido no decorrer da presente década confirma o que se acaba de dizer. De fato, como se pode observar na Tabela 1, exposta com progressiva intensidade à concorrência externa, mas em meio a um crescimento cada vez mais intenso, a economia brasileira elevou sua taxa anual de investimentos de 14,0% no final de 1992 para 16,9% no terceiro trimestre de 1995. Posteriormente, sob a ação recessiva das medidas de política econômica então adotadas, a atividade produtiva desacelerou-se rapidamente, fazendo a taxa de investimento interromper sua trajetória ascensional e cair para 15,8 % do PIB no segundo trimestre de 1996. Em movimento similar ao que acontecera a partir de 1992, a reaceleração da economia que se impôs em meados de 1996 foi responsável por nova ascensão da proporção dos investimentos frente ao PIB para 16,3% em meados de 1997. Disso resulta que a consecução de um maior e mais duradouro dinamismo econômico futuro depende "umbilicalmente" da preservação do crescimento da economia na atualidade.

É claro que a preservação de altos níveis de crescimento econômico incrementa as importações e, com isso, deteriora ainda mais as contas externas do País. Mas, como se mostrou no parágrafo anterior, a reestruturação produtiva pretendida pelas autoridades depende de elevada taxa de investimento interno e, por consequência, de expansão da atividade produtiva no presente. Dessa forma, em última instância, o sucesso da estratégia governamental está na dependência da comprovação de efetividade dos mecanismos nela contidos para dinamizar as exportações no ritmo e no tempo adequados.

A respeito da estratégia hegemonicamente assumida pelas autoridades governamentais, é ainda necessário lembrar seus efeitos colaterais e seus riscos. Mesmo admitindo o sucesso da política econômica governamental nos médio e longo prazos, há que se reconhecer que, pelo menos no curto prazo, ela tem conseqüências paralelas indesejadas, que se somam aos já citados desequilíbrios das contas externas. Dentre esses efeitos, não se pode deixar de citar (a) as restrições relativas ao crescimento econômico que, necessariamente, se impõem em decorrência dos desequilíbrios das transações correntes; (b) a progressiva deterioração das contas públicas ocasionada pela elevação das taxas de juros destinada à contenção da demanda interna e ao provimento de financiamento externo, enquanto perdurarem os desequilíbrios aludidos nas transações com o Exterior (Tabela 1); e (c) a pressão sobre o desemprego em vista do aumento da produtividade do trabalho, pressão esta que será tão maior quanto mais intensas forem as restrições ao crescimento econômico.

Além dos efeitos colaterais indesejados, a política econômica governamental corre risco de não ser bem-sucedida, no sentido de a esperada reestruturação produtiva não vir a maturar, ou, em maturando, não produzir os efeitos esperados. Há duas destacadas ameaças que recaem sobre a possibilidade de maturação da reestruturação produtiva brasileira. A primeira consiste numa possível perda de controle das políticas monetária e fiscal em decorrência da aludida deterioração progressiva das contas públicas. A segunda ameaça refere-se aos efeitos sobre o balanço de pagamentos, no caso de ocorrerem, sobrepostas ou não, excessiva dependência do Brasil ao financiamento externo e contração da oferta internacional de divisas para os chamados países emergentes. Maturada, a reestruturação produtiva, ao contrário do esperado, pode vir a obstaculizar as intenções de tornar o crescimento da economia brasileira mais intenso e duradouro. A obstaculização impor-se-ia no caso de a reestruturação do aparato de produção brasileiro cristalizar ou ampliar o atual diferencial entre os coeficientes de exportação e de importação.

Não é preciso explicar que a efetivação de qualquer das ameaças aludidas no parágrafo anterior implicaria a inviabilização do desejado dinamismo duradouro da economia brasileira no futuro. Em tal caso, em oposição ao crescimento duradouro, o provável é que ocorresse uma generalizada fuga de capitais externos, acompanhada de desvalorização cambial e de recessão.

A estratégia da política industrial

A política industrial constitui a segunda via proposta para aprofundar e alongar o crescimento econômico. Sem prescindir do estabelecimento de um adequado ambiente macroeconômico, tal política se caracteriza pelo apoio a setores específicos, considerados estratégicos para a expansão conjunta da economia. O caráter estratégico atribuído aos setores em referência deve-se, em geral, ao avanço tecnológico que sua difusão representa ou à destacada capacidade que os mesmos setores têm no sentido de impor ou de viabilizar estímulos de crescimento à cadeia produtiva a que pertencem. O mesmo caráter é atribuído, também, a setores tecnologicamente maduros e muito difundidos que se encontrem ameaçados pela concorrência externa.

Talvez seja conveniente insistir que, redesenhada de forma a servir adequadamente aos objetivos do crescimento econômico em tempos de progressiva mundialização do capital, a política industrial não é "coisa do passado". Ao contrário, ela tem sido utilizada quase universalmente para promover o crescimento econômico. Faz-se uso da política industrial em "mercados emergentes" como o Brasil, dos quais são exemplos os chamados Tigres Asiáticos, assim conhecidos pela força e pela agilidade exemplares de seu crescimento econômico (pelo menos até recentemente). Também os países de industrialização madura se utilizam, cada vez mais intensamente, da política industrial. Há, na literatura especializada, descrições do uso da política industrial na França, na Itália, na Alemanha e no Japão, mas, também, na Inglaterra e nos Estados Unidos, sendo os dois últimos tidos como campeões do liberalismo. Mesmo a União Européia, apesar de seu caráter supranacional, tem política industrial envolvendo os países-membros.¹

No contexto da política econômica brasileira dos anos 90, a política industrial foi posta de lado. Dizer que a mesma tenha sido estigmatizada provavelmente não constitui exagero. Talvez a oposição à política industrial se deva ao esgotamento de sua capacidade de propiciar crescimento econômico duradouro desde o final dos anos 70. É provável que, no mesmo sentido, tenha sido importante a generalização da percepção de que a

¹ Ver a respeito, por exemplo, Erber e Cassiolato (1997).

inflação não seria derrubada com o grau de proteção à produção interna implícito na política industrial vigente no Brasil, desde os anos 50. É fato conhecido que, já em meados da década de 80, parcela não desprezível do capital industrial nacional de grande porte retirou seu apoio à política industrial praticada no País durante os 30 anos precedentes, tendo percebido os riscos crescentes de um progressivo atraso tecnológico frente à produção externa. Desde então, a mesma parcela optou tanto pelo fornecimento de insumos, equipamentos e tecnologia internacionalmente atualizados quanto pela possibilidade de estabelecer alianças de tipo variado com o capital externo. Ainda mais percebido foi o apoio externo do capital internacional (e dos governos de seus países de origem) ao fim de qualquer política que, como a industrial brasileira, opunha resistências à sua participação mais efetiva no mercado do País.

Não obstante as razões apontadas no parágrafo anterior, a realidade cobrou o preço da inexistência da política industrial no Brasil. Expressões da cobrança são as já citadas rapidez excessiva da elevação do coeficiente de importações do País e escasso dinamismo das exportações industriais brasileiras. O preço da inexistência da política industrial também tem expressão nas dificuldades com a concorrência internacional sentidas em gêneros tradicionais, como os de calçados e têxteis, e no setor de bens de capital. Um bom indicativo das dificuldades a que se está referindo se obtém na evolução, nessa década, da produção física dos segmentos em questão, apresentada na Tabela 4. No segmento têxtil, a produção física média anual tem se retraído pelo menos desde 1992. Já nos segmentos vestuário, calçados e artefatos de tecidos e bens de capital, a retração iniciou-se apenas em 1996, embora tenha ocorrido de forma mais abrupta.²

Por isso, a política industrial voltou a ser tema de discussão. A discussão revelou posições diferenciadas no próprio Governo. Embora o reconhecimento da necessidade da política industrial esteja longe de contar com o apoio hegemônico governamental, visivelmente aqueles que se

² É interessante, ainda, notar que as dificuldades da indústria de bens de capital (também sentidas na produção de insumos industriais) ocorreram concomitantemente à rápida expansão da produção de bens duráveis de consumo, indicando um enfraquecimento dos elos dinâmicos de crescimento entre a produção de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Esse enfraquecimento, sem dúvida, relaciona-se ao intenso incremento do coeficiente de importações da economia brasileira verificado nos últimos anos

debatem por tal política fizeram avanços significativos nos últimos tempos. Tão significativos foram os avanços que justificaram a implantação da Política de Investimento e Competitividade, um eufemismo para referir a política industrial.

A política industrial que agora se implanta difere da que vigorou nas últimas décadas pelo menos em dois importantes sentidos. O primeiro diz respeito ao montante relativamente reduzido dos recursos por ela mobilizados na atualidade. A diminuição de recursos, é claro, tem a ver com as atuais dificuldades das finanças públicas brasileiras, com as características dos fluxos de financiamento externo no presente e com a força da orientação não intervencionista hoje predominante no Governo Federal. Contudo influência ainda mais importante parece ter a intensificação dos processos de desregulamentação financeira e de internacionalização do capital em nível internacional, ocorrida nas duas últimas décadas. Essa intensificação incrementou, em muito, a volatilidade dos capitais financeiros internacionalizados e, com isso, impôs significativas restrições aos Estados nacionais para realizarem políticas econômicas de caráter expansivo. A validade dessa assertiva é dramaticamente mais verdadeira para os países como o Brasil, os quais, pelo menos temporariamente, trocaram suas elevadas taxas de inflação pelo desequilíbrio das contas externas. O segundo sentido da diferença entre a política industrial da atualidade e a que esteve em vigor nas décadas precedentes refere-se aos objetivos gerais da política econômica. No passado, com a política industrial, pretendia-se tornar completa a estrutura produtiva interna, mesmo que ao custo de elevada proteção contra a concorrência externa. Hoje, a mesma política, ao contrário, visa tornar a estrutura produtiva apta para enfrentar a integração internacional, ainda que com menor integração da estrutura produtiva.

Tal como a estratégia governamental hegemônica, a referente à política industrial visa à reestruturação do aparato produtivo que engendre ganhos de produtividade capazes de propiciar melhoras progressivas no que diz respeito à lucratividade das inversões produtivas, às condições de vida da população, à adequação, nos médio e longo prazos, da demanda interna à capacidade produtiva do País e à potencialidade para competir com a produção estrangeira nos mercados nacional e internacional. Contudo a política industrial pode oferecer ganhos muito importantes no que se refere à potência, à rapidez e à racionalidade da reestruturação produtiva. Isso por

duas razões, que decorrem de sua natureza específica. De um lado, tais ganhos derivam da possibilidade de concentrar deliberadamente esforços e recursos nas áreas em que o crescimento da economia mais se ressentiu deles. De outro, os mesmos ganhos resultam do fato de a política industrial levar em conta a especificidade dos constrangimentos à acumulação produtiva que se impõem sobre os setores eleitos. Assim, com a política industrial, poder-se-ia contar com resultados melhores do que os se obteria deixando a reestruturação produtiva decorrer exclusivamente da atuação cega das forças do mercado.

Em artigo recente, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relacionou os seguintes objetivos para a Política de Investimento e Competitividade: a reestruturação dos setores mais afetados pela concorrência externa, o adensamento das cadeias produtivas e a modernização das exportações visando ao aumento de seu valor adicionado. No mesmo artigo, arrolou, também, alguns segmentos já beneficiados pela política industrial. O rol envolveu o apoio não só a produtos específicos, como a fabricação de aviões pela Embraer e a produção dos tubos para construção do gasoduto Brasil-Bolívia, mas também cadeias produtivas, como a calçadista e a da produção de equipamentos de telecomunicações. Na relação, poderia estar contida também a indústria automobilística, com seu Regime Automotivo, em vigor desde o início de 1996.

No caso dos calçados, a política industrial consubstanciou-se em ação do BNDES com a finalidade de promover a reestruturação do segmento mediante a concessão de empréstimos com juros e prazos adequados aos investimentos necessários. A ação derivou da constatação de que as exportações do setor, em movimento de desaceleração desde o fim de 1993, entraram em retração em junho de 1994. O resultado da ação foi o de elevar o crescimento anual das exportações de calçados para um patamar superior a 10% a partir de novembro de 1996. Não obstante, talvez reafirmando a tese de que os benefícios das vantagens competitivas criadas só são preservados no tempo mediante a perenidade das ações que as criam, verificou-se, em julho e agosto de 1997, acentuada desaceleração das ditas exportações anuais. O Regime Automotivo, por sua vez, deve resultar em volumosos investimentos até a virada do século (cerca de 20 US\$ bilhões somente pelas montadoras de veículos automotores), cujos efeitos já se fazem sentir sobre as exportações de automóveis: 27,6% de

acrécimo nos últimos 12 meses até agosto de 1997, depois de as mesmas registrarem quedas sucessivas entre julho de 1995 e julho de 1996. Finalmente, a recente política de apoio à produção de equipamentos para telecomunicações, segundo se noticia, tem induzido as principais empresas internacionais do setor a instalarem plantas industriais no País, prevendo-se, com isso, a desaceleração das importações dos mesmos equipamentos, além da elevação de suas exportações.

Como a estratégia anteriormente descrita, a da política industrial também produz efeitos colaterais indesejados e está sujeita a riscos de insucesso. Dentre os efeitos colaterais, podem-se citar os derivados de seu financiamento. A política industrial é sempre onerosa e, por isso, tem como efeito a exigência de montantes de receitas públicas e de divisas externas maiores. Nesse sentido, os financiamentos externo e interno da política industrial — feitos, muitas vezes, com impostos e juros internos mais elevados — tendem a diminuir, pelo menos no curto prazo, a competitividade da produção interna. A perda de competitividade será maior na medida em que a política em questão envolva também proteção à produção de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

Quanto aos riscos de insucesso, deve-se ter presente a possibilidade de que as maiores exigências de financiamentos externo e interno impostos pela política industrial produzam instabilidades nas áreas cambial e monetária, interrompendo o processo de acumulação produtiva e a reestruturação pretendida. Há também a possibilidade de, face à política industrial, terceiros países se sentirem prejudicados no que diz respeito à quebra das regras de comércio e de atração de investimentos internacionalmente hoje vigentes. Nesse sentido, a política industrial pode ter sua continuidade ameaçada a partir da reação das nações que se sentirem por ela prejudicada. São expressões das reações a que se faz referência as dificuldades vividas nos últimos tempos pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) decorrentes das alegações dos Estados Unidos, do Japão, da União Européia e da Coréia do Sul frente à implantação do Regime Automotivo brasileiro.

Há um terceiro risco que deriva da concepção e dos objetivos da política econômica geral e que marca, inclusive, a política industrial. Como se disse, essas políticas priorizam atingir o padrão internacional de competitividade. Como meio para atingi-lo, as importações de equipamentos e insumos industriais devem crescer aceleradamente. O crescimento acelerado das

importações tem como risco implícito a possibilidade de eliminar considerável proporção dos elos da cadeia de produção doméstica. Confirmado esse risco, elevar-se-ia, em caráter permanente, a dependência de importações de bens de produção. Pelo mesmo motivo, taxas modestas de crescimento econômico, no longo prazo, impor-se-iam como resultado de déficits comerciais de caráter estrutural demasiadamente grandes para permitir uma rápida expansão da economia.

A estratégia da desvalorização cambial

A estratégia da desvalorização cambial como forma de intensificar duradouramente o crescimento da economia brasileira parte do diagnóstico de que a política econômica, após a implantação do Plano Real, resultou em excessiva valorização da moeda nacional. De acordo com o mesmo diagnóstico, da valorização originaram-se duas importantes modificações na composição dos preços relativos previamente vigentes na economia. Em primeiro lugar, a valorização impôs a redução, em moeda nacional, dos preços dos bens enviados e recebidos do Exterior frente aos preços transacionados internamente. Dessa forma, para os produtores internos, em muitos casos, tornou-se mais atraente vender ao mercado interno do que dirigir seus produtos às exportações. Em segundo, a valorização da moeda nacional reduziu os preços dos bens produzidos internamente diante dos salários pagos pela economia brasileira. Ao fazê-lo, diminuiu a margem de lucro da produção interna, reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional. Assim, a valorização cambial é vista como um dos fatores responsáveis pelo surgimento e pela expansão continuada dos déficits comerciais e em transações correntes nos últimos anos. Esses, tendo atingido níveis demasiadamente elevados, restringem o crescimento econômico nos médio e longo prazos. Por isso, importantes setores empresariais, burocráticos e de estudiosos da economia brasileira propugnam pela desvalorização cambial — a ser realizada de um só golpe ou lentamente, através de repetidos aumentos de pequena dimensão da taxa de câmbio — como forma de caminhar em direção aos preços relativos compatíveis com o crescimento da economia brasileira.

Assim, entende-se que a estratégia da desvalorização cambial difere essencialmente das embasadas na reestruturação produtiva. Enquanto

estas buscam alcançar competitividade externa através dos ganhos de produtividade, aquela propõe, para o mesmo fim, a redistribuição da renda social. De um lado, transferindo para as atividades de exportação ganhos que, sem a desvalorização, são obtidos com as importações. De outro, deslocando, via incremento da inflação e da conseqüente redução dos salários reais, a renda dos trabalhadores para os proprietários do capital. Essas duas formas de transferências de renda induziriam as exportações à expansão, e as importações, à retração. É desse modo que a desvalorização cambial contribuiria para a recuperação dos saldos em transações correntes e para a viabilidade da aceleração da economia brasileira.³

Se é possível definir a essência da estratégia com precisão, é difícil estabelecer a dosagem em que a mesma deve ser utilizada. É razoável pensar que a desvalorização real deva corresponder à perda de competitividade da produção interna. De acordo com a Fundação de Comércio Exterior (FUNCEX) desde a sua implantação, em junho de 1994, até maio do corrente ano, a nova moeda nacional sofreu uma valorização efetiva (descontada a inflação ocorrida nos níveis nacional e internacional) de 19,4% diante das moedas dos principais parceiros comerciais brasileiros. Esse percentual, contudo, não equivale à perda de competitividade efetiva, pelo menos no caso dos produtos industriais. Isto porque, no mesmo período, a produtividade do trabalho se expandiu 29,1%, os salários reais médios caíram 4,4%, e os diferenciais internos e externos de juros desceram de 21,6% a.a. para 9,1% a.a.⁴ O cálculo da desvalorização a ser feita depende de informações adicionais, que não se dispõem. Contudo não é difícil de entender que a recuperação da rentabilidade das exportações industriais para o nível de junho de 1994 exigiria uma desvalorização muito

³ Os efeitos positivos da desvalorização cambial sobre as possibilidades de crescimento também podem ser colocados em outros termos. Se a estratégia da desvalorização cambial contém a redução dos salários reais, dela decorre a diminuição do consumo privado. Mantido constante o investimento, expande o peso da formação bruta de capital fixo frente à produção social. Dito de forma mais usual, eleva a taxa de poupança interna da economia e, com isso, diminui a necessidade de financiamento externo, aumentando o grau de liberdade para expandir a produção nacional.

⁴ Chama-se atenção para o fato de que os dados apresentados neste parágrafo diferem ligeiramente dos inclusos na Tabela 3, uma vez que nela se comparam informações anuais médias, e aqui a comparação tem por base informações mensais.

menor do que a sugerida exclusivamente pela variação efetiva da taxa de câmbio.

Mesmo se admitindo que se produza um adequado nível de desvalorização real do câmbio, deve-se levar em conta seus efeitos colaterais não desejados. Dentre tais efeitos, podem-se citar: (a) a diminuição do incentivo à expansão da produtividade interna como decorrência do aumento do grau de proteção derivado da desvalorização cambial; (b) o encarecimento da inversão produtiva realizada com equipamentos importados; (c) o crescimento da dívida contratada em moedas externas pelos setores público e privado; (d) o incremento da inflação resultante não só do aumento do grau de proteção da economia brasileira como da elevação dos custos de insumos industriais importados; (e) a necessidade de elevar os juros internos reais e de desacelerar a economia como formas de compensar os efeitos negativos sobre os fluxos de financiamento externos derivados da quebra da confiança na política cambial; e (f) a diminuição do bem-estar da população como resultado da queda dos salários reais e da desaceleração da economia.

No que se refere aos riscos de insucesso, cabe realçar que essa estratégia só terá eficácia na medida em que a desvalorização nominal do câmbio se efetive em termos reais. Isso quer dizer que é condição de sua efetividade que a variação nominal do câmbio não seja compensada por iguais elevações dos níveis internos de preços. Ocorre que a própria desvalorização nominal pode resultar na perda de controle dos preços internos, tornando mal-sucedida a iniciativa.

É muito difícil prever, com alguma exatidão, que particularidades estariam contidas num eventual processo de descontrole dos preços internos em função de uma desvalorização nominal do câmbio. De qualquer forma, caso se afirme esse descontrole de preços, é razoável pensar que o mesmo teria características diferenciadas dependendo de a elevação da taxa nominal de câmbio ocorrer de forma abrupta ou progressiva. A diferença básica está referida aos efeitos da alteração cambial sobre os fluxos de capitais externos especulativos.

Desvalorizado o câmbio nominal de forma abrupta, impor-se-iam perdas sobre as aplicações estrangeiras cotadas em moeda nacional. Com isso, a ainda frágil confiança depositada no real poderia sofrer importante abalo, com a conseqüência de iniciar um processo de fuga de divisas. Nesse caso, não parece despropositada a hipótese de que a perda de confiança no real e

a fuga de divisas se tornem recorrentes. Internamente, o processo especulativo redundaria em forte tendência de aumento dos preços. Não validada pelo incremento da oferta monetária, tal tendência resultaria em elevação das taxas de juros e, conseqüentemente, contração da atividade produtiva. Nesse contexto de redução da demanda interna, é provável que a economia seja envolvida por séria crise de liquidez. A crise seria tão mais profunda quanto mais a desvalorização cambial tenha expandido o passivo das empresas em moeda externa, sejam essas empresas comerciais, industriais ou financeiras. Assim, a crise de liquidez instauraria a recessão. Por isso, no caso de se configurar uma rápida saída de divisas externas em decorrência da desvalorização, é mais plausível supor que as autoridades governamentais sejam levadas a validar, com uma política monetária permissiva, os aumentos especulativos dos preços internos que se impõem nessas situações. Contudo, ao fazê-lo, permitirão que a inflação se eleve, tornando inócua a desvalorização do câmbio. Uma nova rodada de desvalorização teria que ser iniciada, acirrando, quem sabe, a fuga de capitais e os movimentos especulativos internos por elevação de preços. Desse modo, ao fim e ao cabo, confirmada a fuga inicial de divisas, a desvalorização nominal do câmbio incorreria no insucesso, pois, ao contrário de promover o crescimento econômico, produziria não só forte instabilidade financeira e de preços, como também postergaria a retomada do crescimento com a imposição da recessão. Essa é uma hipótese que não se pode considerar disparatada diante dos acontecimentos ocorridos no México em 1994 e dos que vêm se sucedendo atualmente em algumas economias asiáticas emergentes.

Menos arriscada parece ser a desvalorização progressiva do câmbio nominal. Através do expediente de desvalorizar progressivamente o câmbio, é possível preservar o capital especulativo de perdas e, assim, evitar o início do processo de fuga de divisas. A característica da desvalorização cambial progressiva que permite evitar a perda para o capital especulativo é o fato de que, sendo ela recorrente, é previsível. Sendo previsível, permite ser levada em consideração no momento da aplicação em moeda nacional. Por isso, quando a desvalorização se impõe, não causa abalo de confiança.

A desvalorização progressiva é menos arriscada, mas está longe de ter sucesso garantido. Se diminui o risco de evasão de moedas externas, como se disse, também pode ter por efeito colateral a elevação da inflação. Esta, por sua vez, tende a recriar os mecanismos formais e informais de

indexação. O processo de reindexação poderia envolver, também, a determinação da taxa nominal de câmbio, dada a necessidade de evitar a valorização cambial. Nesse caso, a âncora cambial perderia sua potência de manter a estabilidade monetária alcançada nos últimos anos, com todas as conseqüências instabilizadoras que se pode imaginar.

Também no caso da desvalorização cambial, o Governo foi obrigado pela realidade a abandonar antigas posições mais rígidas. De fato, no início de 1995, sob pressão de queda continuada de divisas,⁵ foi obrigado a realizar uma desvalorização cambial abrupta de aproximadamente 7% e a adotar a política de bandas cambiais, que envolve correções progressivas no decorrer do tempo.⁶

Não obstante os riscos anteriormente descritos, a desvalorização abrupta do início de 1995 foi bem-sucedida no sentido de que as reservas externas passaram a crescer a partir de sua efetivação.⁷ O sucesso está claramente relacionado a um enorme diferencial das taxas de juros internos e externos então praticados. Entre outubro de 1994 e junho de 1995, os ganhos de arbitragem com o real derivados dos níveis internos de juros oscilaram de 60% a.a. a 70% a.a. De lá para cá, tais ganhos se reduziram significativamente e, em julho de 1997, não ultrapassaram os 8,5 % a.a.

Também as desvalorizações progressivas resultaram bem-sucedidas, na medida em que não ocorreu a indexação da taxa de câmbio à inflação no País. Pelo contrário, enquanto as taxas nominais de desvalorização se mantiveram relativamente estáveis, a inflação caiu progressivamente. No entanto, deve-se ter presente que, até junho de 1995, as taxas anuais de inflação superavam a variação nominal do câmbio. Dessa forma, a política cambial continuava a valorizar a moeda nacional em termos reais.

⁵ Entre outubro de 1994 e abril de 1995, as reservas externas brasileiras caíram de US\$ 40,4 bilhões para US\$ 29,9 bilhões. Explica a queda, além da crise mexicana, a rápida expansão da atividade produtiva interna no segundo semestre de 1994, realizada em condições de câmbio valorizado e de uma abertura comercial então sem precedentes no País.

⁶ De junho de 1995 a julho de 1997, o câmbio nominal foi desvalorizado mensalmente em percentagens que variaram de 0,32% a 1,77%. A média geométrica das variações situou-se em 0,6473% ao mês.

⁷ O crescimento das reservas foi contínuo e intenso, resultando num patamar das mesmas de US\$ 58,0 bilhões em maio de 1996, em torno do qual tem oscilado desde então.

Diferentemente, na atualidade, as expectativas para a inflação e para a correção do câmbio até o final do presente ano são tais que projetam uma desvalorização real que varia entre 1% e 3% para 1997.⁸ Resta ver se os preços internos irão comportar-se tal como o esperado, em condições de desvalorização real do câmbio. De qualquer forma, se confirmada a elevação da taxa real de câmbio, ter-se-iam aumentos adicionais na rentabilidade das exportações.

Conclusão

A argumentação até aqui exposta descreveu, em traços gerais, a política econômica em vigor, bem como as alternativas propostas no sentido de tornar mais intenso e duradouro o crescimento da economia brasileira. Nessa direção, especificou não só seus objetivos, mas também os efeitos colaterais indesejados e os riscos a elas subjacentes. Talvez se deva admitir que alguns dos efeitos colaterais e dos riscos tenham sido excessivamente realçados. Não obstante, a intenção primordial foi destacar que **todas** as estratégias em pauta contêm importantes fragilidades. A afirmação não deve causar surpresas. A tarefa a ser cumprida é gigantesca. Trata-se nada menos do que recuperar a capacidade de crescimento duradouro da economia, perdida a uma década e meia. Não bastasse isso, a recuperação da dita capacidade exige abandonar o grau de proteção viabilizador da rápida expansão produtiva interna até 1980. Tendo presente a dimensão do salto tecnológico que a indústria brasileira terá que dar em todos os seus segmentos, percebe-se que não há como exagerar a energia que deve ser

⁸ Entre setembro de 1995 e junho de 1997, a variação anual do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI) caiu, progressivamente, de 19,1% para 7,6%. No mesmo período, a variação anual do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE) reduziu-se de 27,6% para 7,1%. Concomitantemente, a variação da taxa de câmbio nominal diminuiu de 11,8% para 7,2%. Assim, esse período citado caracteriza-se por continuada valorização do câmbio real, se os índices citados são tidos como referência. Para o segundo semestre, espera-se a manutenção da política cambial combinada a taxas de inflação muito reduzidas (0,25% ao mês). Se confirmadas essas expectativas, chegar-se-ia ao final do ano com uma desvalorização real do câmbio entre 1% e 3%.

despendida no processo de adequação à mais intensa concorrência externa. Por isso, diante da dimensão da tarefa, todas as estratégias de política econômica expõem suas fragilidades.

Talvez seja hora de reunir forças e de fazer uso conjunto das qualidades de cada uma das propostas em pauta. É claro que se tem consciência de que, em essência e em importante medida, as ditas estratégias se negam mutuamente. Espera-se que isso tenha resultado claro da argumentação exposta. A negação mútua impede que as três sejam concomitantemente implantadas em sua integralidade. Mas, sem dúvida, há espaço para a adoção de um comportamento mais pragmático, como tem demonstrado a própria ação governamental. Avanços no que diz respeito à abrangência da política industrial não significam, necessariamente, excesso de proteção e podem contribuir para a diminuição das dificuldades em transações correntes. Se necessária, alguma desvalorização cambial progressiva pode ser realizada sem que isso signifique a perda de controle das políticas monetária e cambial. O passado recente confirma essa hipótese. O auxílio da política industrial e de alguma desvalorização cambial em termos reais poderia tornar a política econômica brasileira mais apta a alcançar seu objetivo de garantir o crescimento duradouro da economia brasileira através de sua vinculação à expansão capitalista internacional.

Tabela 1

Variáveis macroeconômicas brasileiras — 1989/97

a) variáveis de caráter interno

ANOS E TRIMESTRES	TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB (%)		TAXA DE INVESTIMENTO (%)		NECESSIDADES OPERACIONAIS DE FINANCIAMENTO AO SETOR PÚBLICO EM TODAS AS ESFERAS GOVERNAMENTAIS (% DO PIB) (1)	MÉDIA TRIMESTRAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EFETIVA DO GOVERNO FEDERAL (%)	UTILIZAÇÃO MÉDIA DA CAPACIDADE INDUSTRIAL INSTALADA (%)
	Anual	Sobre Igual Trimestre do Ano Anterior	No Trimestre	Nos Últimos Quatro Trimestres			
1989	15,5	16,4
I	16,9	16,4
II	17,4	16,6
III	16,9	16,7
IV
1990	17,1	17,1	79
I	14,6	16,5	61,0
II	16,1	16,2	77,0
III	14,1	15,5	79,0
IV
1991	...	-7,2	14,3	14,8	68,0
I	...	7,5	15,4	15,0	74,0
II	...	0,6	15,9	15,0	78,0
III	...	0,3	15,0	15,2	-1,41	...	78,0
IV	0,3	0,3
1992	69,0
I	3,3	5,1	14,3	15,2	72,0
II	0,9	-1,9	13,8	14,8	72,0
III	-0,6	-4,8	13,8	14,2	73,0
IV	-0,8	-0,8	13,9	14,0	2,22	...	74,0
1993	72,0
I	-1,3	2,9	14,1	13,9	77,0
II	0,5	5,1	14,4	14,1	79,0
III	2,9	4,2	14,6	14,3	79,0
IV	4,2	4,5	14,4	14,4	-0,25	...	79,0
1994	10,3	77,0
I	4,7	5,0	14,7	14,5	-1,60	12,1	79,0
II	4,1	3,0	14,4	14,5	-1,99	11,1	80,0
III	4,7	6,2	15,3	14,7	-1,32	9,7	83,0
IV	6,0	9,9	16,6	15,3
1995	...	10,5	17,8	16,1	0,20	8,4	83,0
I	7,3	5,8	17,0	16,7	0,71	7,9	86,0
II	8,0	1,2	16,1	16,9	3,17	10,6	83,0
III	6,7	0,3	15,5	16,6	4,78	12,4	81,0
IV	4,3
1996	...	-2,4	15,6	16,1	5,12	14,6	79,0
I	1,2	2,4	15,8	15,8	5,45	17,0	82,0
II	0,4	7,0	16,1	15,8	4,91	17,9	81,0
III	1,8	4,9	16,3	16,0	3,87	18,0	85,0
IV	3,0
1997	...	4,5	16,4	16,2	3,58	18,1	81,0
I	4,7	5,7	16,4	16,3	...	18,5	84,0
II	5,5
Jul./97 (2)	(3) 4,0
Ago./97(2)	(3) 4,0

Tabela 1

Variáveis macroeconômicas brasileiras — 1989/97

b) variáveis de caráter externo

ANOS E TRIMESTRES	EXPORTAÇÕES (%)			IMPORTAÇÕES (%)			SALDOS COMERCIAIS (% DO PIB)	SALDOS EM TRANSAÇÕES CORRENTES (% DO PIB)
	Coefficiente Frente ao PIB	Crescimento Anual	Crescimento Sobre Igual Trimestre do Ano Anterior	Coefficiente Frente ao PIB	Crescimento Anual	Crescimento Sobre Igual Trimestre do Ano Anterior		
1989
I
II
III
IV
1990
I
II
III
IV	5,0	3,3	1,7	-0,6
1991	5,3	...	20,4	3,3	...	-5,4	2,0	-0,2
I	5,2	...	5,4	3,3	...	18,0	1,9	-0,3
II	5,0	...	-14,9	3,3	...	2,6	1,7	-0,5
III	5,0	0,7	-3,4	3,3	1,8	-4,4	1,7	-0,2
IV	4,9	3,3	0,6	3,3	...	4,7	7,5	1,6
1992	4,9	-3,3	0,6	3,3	...	4,7	7,5	1,6
I	5,2	-5,2	-2,4	3,3	-0,7	-6,6	1,6	0,0
II	5,3	2,7	2,5	3,3	-3,2	-7,0	2,0	0,5
III	5,7	13,4	30,9	3,3	-2,3	-1,4	2,4	1,0
IV	5,9	17,5	17,3	3,3	-1,1	12,4	2,5	0,8
1993	5,9	20,4	7,6	3,3	6,7	27,8	2,4	0,5
I	5,9	15,7	9,4	3,3	18,9	40,3	2,2	0,4
II	5,9	8,1	0,2	3,9	25,1	19,5	2,0	-0,1
III	5,8	3,3	-3,7	4,0	25,5	15,6	1,8	0,0
IV	6,0	6,9	22,2	4,2	23,9	21,1	1,9	0,1
1994	6,2	9,1	17,5	4,2	15,7	8,2	2,0	0,4
I	6,3	12,3	12,5	4,6	26,8	65,9	1,5	-0,2
II	6,2	15,5	9,6	5,5	47,5	99,5	0,7	-1,0
III	6,3	10,9	4,4	6,3	63,7	87,8	-0,1	-2,0
IV	6,4	7,4	4,5	6,8	74,2	50,3	-0,6	-2,6
1995	6,4	6,8	9,5	6,8	50,0	1,5	-0,4	-2,5
I	6,5	6,0	5,9	6,7	23,5	-11,0	-0,2	-2,2
II	6,6	6,9	7,6	6,5	3,7	-8,6	0,1	-1,6
III	6,3	1,6	-14,0	6,7	0,0	19,5	-0,2	-2,4
IV	6,4	2,7	12,7	7,1	7,3	31,6	-0,7	-3,3
1996	6,4	2,2	3,4	7,4	15,4	23,4	-1,0	-3,6
I	6,5	3,4	12,0	7,7	24,6	23,6	-1,2	-4,1
II	6,4	4,1	15,1	8,0	24,6	21,3	-1,3	-4,3
III	6,7	5,9	21,8	8,1	24,9	22,0	-1,3	...
IV	6,4	2,2	3,4	7,4	15,4	23,4	-1,0	-3,6
1997	6,5	3,4	12,0	7,7	24,6	23,6	-1,2	-4,1
Jul./97(1)	(3)6,7	4,1	15,1	(3)8,0	24,6	21,3	-1,3	(3)-4,3
Ago./97(1)	(3)6,8	5,9	21,8	(3)8,1	24,9	22,0	-1,3	...

FONTES: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1992/1997).

Brasília: BACEN. NOTA PARA A IMPRENSA (1995/1997)

Brasília: BACEN. CONJUNTURA ECONÔMICA (1992/1997)

Rio de Janeiro: FGV. BOLETIM CONJUNTURAL (1997).

Rio de Janeiro: IPEA

Rio de Janeiro: MICT/SECEX

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1992/1997)

NOTA: Os valores em dólares foram convertidos para reais, considerando a taxa média de câmbio de 1996, de 1,00799.

(1) Em todas as esferas governamentais, no período de 12 meses encerrado no fim do mês ou trimestre indicado. (2) Trimestre finalizado no mês indicado. (3) Estimativa preliminar.

Tabela 2

Crescimento anual das exportações brasileiras de produtos manufaturados
incentivados ou não por política industrial — 1992-1997

TRIMESTRES	INCENTIVADOS (1)		NÃO INCENTIVADOS (1)	TOTAL (1)
	64 - Calçados, polainas, etc. e suas partes (3)	87 - Veículos, automóveis, tratores, ciclos, etc. (3)		
Out.-dez./92				33,2
Mar.-maio/93	80,3	-4,5	3,2	5,7
Jun.-ago./93	34,9	-8,6	13,6	12,2
Out.-dez./93	-13,4	-3,2	5,1	2,4
Mar.-maio/94	-4,1	3,6	18,2	14,6
Jun.-ago./94	-25,5	21,3	5,8	4,7
Out.-dez./94	-27,5	2,4	7,9	4,6
Mar.-maio/95	-16,3	-1,7	0,1	-1,2
Jun.-ago./95	-6,7	-13,8	5,6	2,2
Out.-dez./95	6,5	-11,9	10,4	7,5
Mar.-maio/96	14,8	2,4	7,7	7,5
Jun.-ago./96	19,8	20,6	-1,7	2,0
Out.-dez./96	17,3	18,2	-5,5	-2,0
Mar.-maio/97	2,9	30,2	-7,8	-3,0
Jun.-ago./97	-7,0	35,5	22,1	21,8

TRIMESTRES	INCENTIVADOS (2)		NÃO INCENTIVADOS (2)	TOTAL (2)
	64 - Calçados, polainas, etc. e suas partes (3)	87 - Veículos, automóveis, tratores, ciclos, etc. (3)		
Out.-dez./92	20,5
Mar.-maio/93	22,3
Jun.-ago./93	19,0
Out.-dez./93	32,0	1,0	9,2	9,7
Mar.-maio/94	3,6	-5,5	10,1	7,5
Jun.-ago./94	-11,3	1,6	8,2	5,7
Out.-dez./94	-16,5	6,3	8,7	6,3
Mar.-maio/95	-19,3	5,0	5,0	3,1
Jun.-ago./95	-14,3	-4,1	4,9	2,5
Out.-dez./95	-7,7	-10,6	5,2	2,4
Mar.-maio/96	-0,5	-7,7	9,4	6,8
Jun.-ago./96	6,5	1,2	7,5	6,7
Out.-dez./96	10,1	13,0	1,6	3,3
Mar.-maio/97	11,2	23,3	-5,6	-1,7
Jun.-ago./97	3,8	27,6	0,1	3,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1992/1997). Rio de Janeiro:
MICT/SECEX.

(1) Trimestre comparado a igual período do ano anterior (2) Doze meses comparados aos 12 meses
precedentes. (3) Secções da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)

Tabela 3

Evolução de fatores de competitividade da indústria brasileira — dez./92 - maio/97

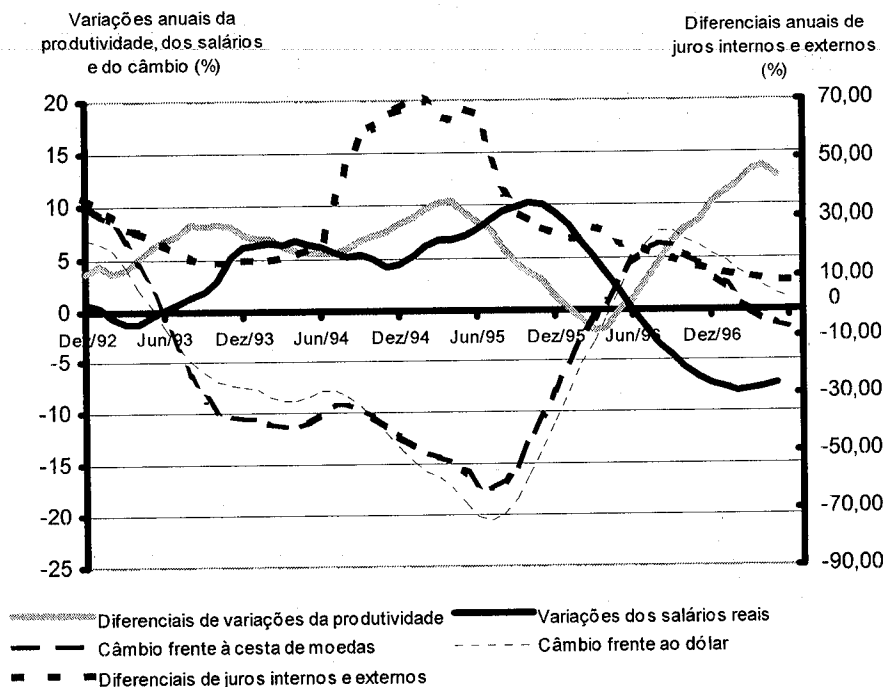
PERÍODOS	VARIACÃO DO ÍNDICE ANUAL MÉDIO			GANHOS MÉDIOS ANUAIS DE ARBITRAGEM (3)
	Diferencial de Produtividade Nacional e Internacional (1)	Salários Reais	Câmbio Efetivo (cesta de 13 moedas) (2)	
Dez./92- maio/96	19,5	17,9	-25,7	32,2
Maio/96-maio/97	12,6	-7,3	-1,3	9,5
Dez./92-maio/97	34,5	9,3	26,7	25,8
Jun./94-maio/96	8,7	8,5	-13,4	43,0
Jun./94-maio/97	22,4	0,6	-14,6	28,9

FONTE: BOLETIM FUNCEX DE CÂMBIO (1996/1997). Rio de Janeiro : FUNCEX.
 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1992/1997).
 Rio de Janeiro: IBGE.
 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: emprego, salário e valor da
 produção (1992/1997). Rio de Janeiro : IBGE.
 SUMA ECONÔMICA (1992/1997). Rio de Janeiro : TAMA.

(1) Adotou-se a hipótese de variação da produtividade internacional igual a 2,5% ao ano. (2) Moedas dos seguintes países: EUA, Canadá, Japão, Alemanha, França, Itália, Holanda, Suíça, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México. (3) Metodologia de cálculo obtida em Gonçalves (1996, p.151).

Gráfico 1

Taxas de variação do câmbio e dos salários industriais e diferenciais internos e externos do nível de juros e da evolução da produtividade industrial — dez./92-dez./96



FONTE: BOLETIM FUNCEX DE CÂMBIO (1996/1997). Rio de Janeiro : FUNCEX.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1992/1997). Rio de Janeiro : IBGE.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: emprego, salário e valor da produção (/). Rio de Janeiro : IBGE.

SUMA ECONÔMICA (1992/1997). Rio de Janeiro : TAMA.

NOTA: Em percentagens anuais.

Tabela 4

Evolução dos índices da produção física de gêneros e de categorias de uso selecionados da indústria brasileira — 1992/97

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Indústria geral	100,0	100,5	106,6	117,4	111,6	119,2
Gêneros						
Têxtil	100,0	97,3	95,4	106,4	86,1	88,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100,0	105,9	103,2	110,3	93,0	93,5
Categorias de uso						
Bens de capital	100,0	98,2	112,4	137,0	106,9	108,3
Bens intermediários	100,0	99,6	104,6	112,5	108,0	116,0
Bens de consumo	100,0	103,3	98,7	118,0	119,1	126,6
Duráveis	100,0	104,1	127,7	149,9	157,4	185,2
Semiduráveis e não duráveis	100,0	103,1	103,2	116,8	111,6	114,9

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1992/1997). Rio de Janeiro : IBGE.

NOTA: Média dos últimos 12 meses até junho.

Bibliografia

- BARROS, J. R. M., GOLDSTEIN, L. (1996). O processo de reestruturação da indústria. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 ago.
- BARROS, L. C. M., GOLDSTEIN, L. (1997). O BNDES e a política de reestruturação industrial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 26 ago.
- CRUZ, P. R. D. C. (1995). Endividamento externo e transferências de recursos reais ao exterior. **Nova Economia**, Belo Horizonte : UFMG, v.5, n.1, ago.
- ERBER, F., CASSIOLATO, J. E. (1997). Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista da Economia Política**, São Paulo : Brasiliense, v.17, n.2, p.33-60, abr.-jun.
- FARIA, L. V. (1997). Quando a desvalorização funciona. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, p.39-42, maio.
- FARIA, L. V. (1997). Gerenciar o risco. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, p.51-53, jun.
- FARIA, L. V. (1997). Lições esquecidas. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, p.24-30, jul.

- FRANCO, G. (1996). **A inserção externa e o desenvolvimento**. Brasília. (Mimeo.).
- GONÇALVES, R. (1996). Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro : CAMPUS. p.133-164.
- PASTORE, C., PINOTTI, M. C. (1995). Câmbio e inflação. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, coord. **O real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro : José Olympio. p.31-44.